



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 83

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**  
3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**  
4º Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**  
5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Derval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinho Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Fareck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - César Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmia da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE JUNHO DE 1998  
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Angustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Peasuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1088**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 05/98, que autoriza a realização de plebiscito para criação do Município de Entre Rios.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1089**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 98/98, que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1100**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de discussão, e votação do Projeto de Lei nº 213/98.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1108**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 144/98 por duas (02) sessões.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

**REQUERIMENTO Nº 1106**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final ao Projeto de Lei nº 207/98, aprovado em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, e que não sofreu emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 1087**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a reali-

zação de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 78/97, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que se encontra em pauta, seja enviado à manifestação da Comissão de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti

#### REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, voto de profundo pesar pelo falecimento do servidor Dr. Esverben Guimarães Plaisant, Chefe de Gabinete da Procuradoria desta Assembléia Legislativa.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, seja cientificada a família do extinto, na pessoa do Senhor Celso Dirceu da Paz, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Doutor Esverben Guimarães Plaisant, desaparecido no último dia 05 de junho, aos 70 anos de idade, era filho do brilhante jornalista Dicesar Plaisant e da líder paranista professora Alba Guimarães Plaisant.

Antes de ingressar no quadro legislativo, foi promotor de justiça e trabalhou na advocacia.

Como Consultor Jurídico da Assembléia, especializou-se em Direito Administrativo - matéria da qual se tornou dos mais profundos conhecedores no Paraná.

Sua dedicação ao serviço, sua afabilidade no trato com os colegas - principalmente os mais modestos e seu profundo conhecimento do Direito tornaram-no uma figura insubstituível para as sucessivas gestões desta Casa de Leis. Por isso seu desaparecimento, após breve moléstia, chocou a tantos quantos privaram da sua amizade e companheirismo, abrindo um claro que só com muita dificuldade será preenchido.

O Dr. Esverben era casado com a Excelentíssima Senhora Méris Plaisant, deixa uma filha, Jus-

sara, casada com Celso Dirceu da Paz, e os netos Rodrigo e Danielle.

#### REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Jorge Teixeira da Mata, ocorrido no dia 05 próximo passado, no Município de Iguaçu-PR.

Requer ainda, que o presente se dê ciência aos seus familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Brasil, 391, CEP 86.750-000 - Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família do Senhor José Lemes, Pai da 1ª Dama do Município de Iracema do Oeste, Senhora Mariza Lemes Bernardino, falecido no último dia 08 de junho.

Peço enviar cópia à família enlutada, na Avenida São Paulo, 566 - Iracema do Oeste - CEP: 85.833-000.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Coronel QOPM Walter Cardoso de Aguiar, alusivos a posse no cargo de Comandante do Policiamento do Interior da Polícia Militar do Estado do Paraná, a realizar-se na data de hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Mal. Floriano Peixoto, 1410 - Rebouças, CEP 80.230-110, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congra-

tulações e muito aplauso ao casal Bernardo e Maria Barcik, que completou 60 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Diamante. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o Amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antenor e Laura Stadler, que completou 50 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o Amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Batista Coutinho e Tereza Vaz Coutinho, que completou 50 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados

juntos, o Amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Município de Matinhos, que comemora 31 anos de emancipação.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Prefeito Municipal, Francisco Carlim dos Santos, à Rua Pastor Elias Abrahão, 22 - CEP: 83.260-00, Matinhos-PR.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) BETO RICHIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Matinhos, no litoral paranaense surgiu sob a influência sócio-cultural dos povoadores de Paranaguá, e posteriormente, dos de Guaratuba, por se tratar de ponto intermediário entre os dois municípios. Até 1938, Matinhos esteve ligado a Guaratuba, quando as duas localidades passavam para a jurisdição de Paranaguá.

Em 1967, a Lei Estadual nº 05, sancionada em 12 de junho pelo então Governador Paulo Pimentel, Matinhos ganha a condição de município emancipado. Hoje, aos 31 anos, com uma população superior a 15 mil habitantes, Matinhos se prepara para enfrentar os desafios do próximo milênio.

Por sua importância entre os diversos municípios que integram o litoral paranaense, sua história e de suas gerações, esta Casa de Leis presta justa homenagem a Matinhos e seus munícipes.

#### REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao novo reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor Jackson Proença Testa, reeleito para a Gestão 1998/2002.

Requer a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, no Campus Universitário, CEP: 86.051-970, em Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) BETO RICHIA

**JUSTIFICATIVA:**

A Comunidade Acadêmica de Londrina decidiu por voto majoritário expressivo eleger, e para uma segunda gestão consecutiva, o Professor Jackson Proença Testa para o cargo de Reitor da Universidade Estadual de Londrina. Tal fato, inédito no marco administrativo do Paraná, indica o valor de sua atuação bem como de suas propostas para o dinamismo do sistema educacional do Estado. Sem dúvida o novo período será marcado por uma forte ação que buscará nossos paradigmas universitários no interesse da sociedade.

A Universidade Estadual de Londrina tem demonstrado uma extraordinária maturidade no que diz respeito à sua inserção no contexto social e poderá, sem dúvida, continuar, através do esforço coletivo, a marcha da construção de uma sociedade justa e digna, composta de homens e mulheres dignos e reconhecidos.

**REQUERIMENTO Nº 1090**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações pelos 25 anos da realização do 1º transplante, no Paraná efetuado pelos médicos londrinenses Drs. Altair Jacob Mocelin (Chefe de equipe), Anuar Matri e Lauro Brandina ("post mortem") e tendo como paciente o Sr. Egídio Ramazotti.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) JOSÉ TAVARES

**JUSTIFICATIVA:**

Faz 25 anos que foi realizado em Londrina, o primeiro transplante de rim no Estado do Paraná, pela equipe chefiada pelos médicos Lauro Brandina (urologista) e Altair Jacob Mocelin (nefrologista). A cirurgia foi feita no Hospital Universitário. O serralheiro Egídio Ramazotti, de 23 anos, foi o receptor de seu irmão João, na época com 26 anos, o doador.

Os quatro transplantes de rim seguintes no Paraná - três deles com doadores vivos - também aconteceram em Londrina, com a mesma equipe.

Londrina foi a segunda cidade do interior do país a conseguir realizar a cirurgia, em 1973, numa época onde apenas as grandes capitais tinham a tecnologia e a capacitação profissionais necessárias.

Londrina transformou-se num centro de referência. Hoje, a equipe médica que realizou o primeiro transplante, já tem 800 cirurgias desse tipo no currículo.

**REQUERIMENTO Nº 1096**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, voto de

congratulações à Comunidade Nipo-Brasileira do Estado do Paraná pelo 90º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil.

Que deste requerimento seja dado ciência ao Senhor Ywao Miyamoto, Coordenador Geral da IMIN 90.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 1098**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, voto de congratulações à Liga de Associações Culturais de Assaí - LACA pelo 90º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil.

Que deste requerimento seja dado ciência ao Senhor Orlando Kazuma, Presidente da LACA.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 1099**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, voto de congratulações à ACEL - Associação Cultural e Esportiva de Londrina, pelo 90º aniversário da Imigração Japonesa no Brasil.

Que deste requerimento seja dado ciência ao Senhor Eiji Yamazaki, Presidente do Conselho Deliberativo da ACEL.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 1102**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, a Senhora Marcia Doto, Presidente da APAE do Município de Cidade Gaúcha, pela realização da Festa do Porco no Rolete no último dia 14, no citado município.

Peço enviar cópia à Senhora Marcia Doto, na APAE, Rua M.R. Borges, s/nº, - Cidade Gaúcha - PR. CEP 87.820-000

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 1103**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, a Senhora Marilena Pereira Aita, 1ª

Dama do município e Presidente da Festa do Porco no Roleté do Município de Cidade Gaúcha, realizada no último dia 14, no citado município.

Peço enviar cópia à Senhora Marilena Pereira Aita, sito à Rua J. Paizinho, 609 - Cidade Gaúcha - PR. CEP 87.820-000

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Padre Mateus Hellmann, Vigário da Paróquia do Município de Indianópolis, pela realização da Festa de Santo Antonio dia 14 de junho, no citado município.

Peço enviar cópia à Paróquia do Município de Indianópolis, cito a Avenida Santos Dumont, 322 - Indianópolis - PR. CEP 87.210-000

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Senhor Altamiro Resende Cordeiro, Presidente da Festa de Santo Antonio, realizada no Município de Indianópolis no último dia 14 de junho.

Peço enviar cópia ao Senhor Altamiro, sito à Avenida Santos Dumont, 322 - Indianópolis - PR. CEP 87.210-000.

Sala das Sessões, em 15.06.90.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao Município de Quitandinha pela passagem do seu 37º aniversário, na pessoa do seu prefeito Senhor José Ribeiro de Moura, ocorrido em 14 de junho do corrente ano, extensivos aos demais municípios.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) CÉSAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Quitandinha, vem desenvolvendo, sob a sábia direção de seu prefeito José Ribeiro de Moura, nos últimos anos um crescimento nas áreas da agricultura, educação, saúde e demais

segmentos, proporcionando aos seus munícipes uma tranquilidade e bem-estar, que há muitos anos não acontecia, devido a grande integração, cooperação e compreensão do povo que vem aprovando a administração de seu prefeito, que não mede esforços para bem administrar este promissor município da região metropolitana.

#### REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de votos de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, representado pela sua diretoria e atletas, pela Conquista do Campeonato Paranaense de 1998, no último dia 11 de junho quinta-feira.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a Sua Excelência o envio de projeto de lei à Assembléia Legislativa ou de uma Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 572/96, visando a elevação da Comarca de Guarapuava para entrância final.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

A elevação da Comarca de Guarapuava de entrância intermédia para final tem o apoio dos advogados e vai melhorar a estrutura administrativa do Poder Judiciário, em benefício de Juizes e Promotores Públicos.

Guarapuava é uma cidade com mais de 150.000 habitantes onde os pleitos judiciais são inúmeros, sobrecarregando o fórum e dificultando a prestação jurisdicional.

Isso desprestigia as instituições e não pode acontecer, pois num Estado Democrático de Direito o Poder Judiciário ocupa posição de realce, já que resolve conflitos entre os cidadãos e diz sobre a aplicação das leis.

#### REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Magro, no sentido de atender o pedido da Sra. Neir Maria Rodrigues, residente à Rua Esmeralda nº 223 - Jardim Boa Vista III, a qual solicita a limpeza de um terreno baldio localizado à Rua Diamante, proximidades do Mercado Raulino. O terreno está cheio de mato e lixo.

Informações complementares, se necessárias, poderão ser obtidas com a requerente pelo telefone 273-5484.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Santos Dumont - Jardim Marrocos - Bairro Lamenha Grande - Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação do serviço de entrega de correspondência domiciliares nesse local. Afirmam-nos eles que as correspondências voltam com a alegação de que o bairro não dispõe do referido serviço. Será um grande benefício para a comunidade o atendimento do presente pedido.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1080

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Pretextato Taborda Júnior - Bairro Portão, os quais pedem a presença de policiais de trânsito a fim de orientar o estacionamento de veículos no local. É grande o número de veículos que ali estacionam irregularmente, atrapalhando sensivelmente a passagem das pessoas no local, motivo pelo qual estão fazendo tal pedido.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor - Presidente da Itaipu Binacional e ao Exmo Sr. Presidente da FUNAI, solicitando a construção de mais moradias e a readequação das estradas rurais da reserva indígena Teekoha-Añetete, da tribo Avá-Guarani.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

A tribo Avá-Guarani lutou por mais de 10 anos para ser reassentada em uma área adequada para manter a tradição e os costumes indígenas. Finalmente, a tribo conseguiu a reserva indígena Tekoha-Añetete, localizada entre os Municípios de Diamante do Oeste e Ramilândia, no Extremo-Oeste do Paraná. Mas, ainda se faz necessário melhorar a infra-estrutura da comunidade indígena, com a construção de mais casas e a melhoria efetiva das estradas da reserva.

#### REQUERIMENTO Nº 1111-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado Jaime Lerner, solicitando que envide esforços a fim de que seja concluída a ferrovia no trecho Cianorte/Guaíra.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O requerimento anexo, vem de encontro aos anseios de toda a comunidade paranaense, especialmente aqueles que necessitam do transporte ferroviário na Região Oeste, mais propriamente na Cidade de Guaíra.

Como é sabido a ferrovia teve suas obras paralizadas há mais de 40 anos na Cidade de Cianorte.

Atualmente com o advento do MERCOSUL, é sabido que necessitamos de novos meios de transportes que favoreçam o escoamento de produtos para o Porto de Paranaguá, daí se enquadra o término da citada ferrovia.

Assim, como o Paraná terá o anel de Integração por rodovias, seria hora de agilizarmos um "anel ferroviário", já que a ferrovia existente liga Paranaguá até Cianorte e Paranaguá até Cascavel e agora seria por demais importante a ligação Cianorte/Guaíra e por conseguinte Guaíra/Cascavel e daí teríamos o anel ferroviário, completado.

#### REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscorre no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, fazendo os questionamentos abaixo expostos:

01 - Quais as obras de infra-estrutura que o Governo do Estado realizará, com os R\$249.780.612,41 arrecadados com a venda do lote de ações de 35,16%, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)?

02 - Quantos e quais municípios do Estado, serão beneficiados com estas obras?

03 - Já existe um cronograma de obras com valores estipulados município a município para a execução das obras citadas nos meios de comunicação por esta pasta?

04 - Os programas de geração de empregos, seriam apenas consequência, das obras que serão realizadas no Estado, conforme afirmação do Secretário da Fazenda, ou o Governo desenvolverá outros programas paralelamente?

05 - Quais seriam os outros programas, quantos e quais municípios eles beneficiarão, e qual o montante de recursos que serão aplicados nos mesmos?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, Doutor Rosinha, Toti Colaço e Caio Quintana.

### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de Entre Rios, com as divisas abaixo descritas, para que a população do referido distrito decida sobre o seu desmembramento do Município de Guarapuava:

"Começa na foz do rio Pinhão, no rio Jordão, por aquele acima, confrontando com Distrito de Pinhão, até a foz no rio Gerônimo ou Lajeado Grande; por este acima até sua nascente no divisor de águas com o rio da Areia, confrontando com o Município de Inácio Martins; pelo seu divisor até encontrar a nascente do arroio do Jacu ou Bugio; confrontando até este ponto com o Município de Inácio Martins; seguindo pelo mesmo arroio até a sua foz no Rio Bananas; por este até a sua foz no rio Jordão; confrontando com o Distrito de Guará; pelo

rio Jordão abaixo até sua foz no rio Pinhão, confrontando com o distrito da Cidade de Guarapuava e Distrito de Cândói".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) CÉSAR SELEME

### JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação da presente proposição é de atender ao antigo sonho dos moradores do Distrito de Entre Rios, o seu desmembramento do Município de Guarapuava e, por consequência, a criação do município.

Para ser aplicado o princípio básico da democracia que é ouvir aos desejos do povo, necessitamos do apoio nos nossos Nobres Pares para que a população de Entre Rios possa expressar sua vontade ou não de desmembramento do Município de Guarapuava.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 232/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Lions Clube Londrina - Independência" do Município de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### JUSTIFICATIVA:

O Lions Club Londrina - Independência, foi constituído em 18.11.75, é uma entidade civil sem fins lucrativos, tendo por finalidade interessar-se ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade, criar e fomentar o espírito de compreensão entre seus membros, procurando unir-se aos demais clubes através de laços de amizade e companheirismo, promover a livre discussão de assuntos de interesse da comunidade e elevar o padrão de ética no comércio, indústria, profissões e em empreendimentos particulares de seus membros.

Como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pelo Lions Clube Londrina - Independência, estão volta-



das a soluções dos problemas quotidianos da comunidade e, além dos recursos arrecadados com promoções junto à comunidade local, há que se ressaltar que necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 233/98  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Irmã Scheilla, com sede e foro na Cidade de Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Espírita Irmã Scheilla de Londrina-PR, fundada em 11 de setembro de 1.994, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos, partidária, ou credo religioso e tem com a finalidade o atendimento a crianças e adolescentes, provenientes de famílias de baixa renda, trabalho de prevenção e integração, prestando-lhes atendimento nas áreas de nutrição, educação, saúde, e tudo mais que envolve um bom atendimento a criança.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, foi reconhecida como Utilidade Pública Municipal sob nº 6.523/96 em 19.04.96.

Face as características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da Entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994 de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 234/98  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Unidos do Pinhalito, com sede na cidade de Diamante do Sul e foro na Cidade de Guaraniaçu-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.98.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Unidos do Pinhalito de Diamante do Sul-PR, fundada em 25 de julho de 1.992, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e tem como finalidade prestar serviços sócio-comunitários aos moradores desta Comunidade, congregar e estimular o espírito de solidariedade comunitário entre os moradores, representar perante as autoridades, manter serviços assistenciais, manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefícios dos associados e moradores em geral.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade.

Face as características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da Entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.994 de janeiro de 1.978, que regulamenta matéria.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de, nesta tarde, falar algumas palavras, porque não sou um homem que tenho sido omissos na minha vida em relação às posições. Sei que é pouco usual fazer o que vou fazer, mas quero aqui manifestar o meu profundo inconformismo com uma decisão tomada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Tenho o maior respeito e sei que os ilustres Desembargadores que ali chegaram pelas mais diversas razões e formas, representam o melhor que temos na cultura jurídica do nosso Estado. Mas, Deputado Joel Coimbra, Vossa Excelência que tem exercido o Ministério Público e exerceu com muita inteligência e competência cargos da maior importância representando o povo, como fiscal da Lei, quero aqui relatar o que está acontecendo no Município de Cambará.

Em Cambará temos uma empresa, a loky Alimentos, uma empresa extremamente importante, que num esforço enorme da Prefeitura de Cambará, lá instalou uma unidade industrial extremamente importante que até o ano 2.000 estará gerando 1.100 empregos numa cidade igual a Cambará, num investimento de dez milhões de dólares, que esta empresa brasileira faz com muita competência aqui no nosso Estado. É uma indústria de alimentos que

efetivamente tem muito a contribuir e o nosso Prefeito atual, o Mohamed não tem medido esforços em encontrar mecanismos para apoiar esta indústria.

Particpei das negociações e das instalações dos silos em Cambará, que representa uma profunda ampliação da empresa para mais 400 empregos.

Muito bem, se identifica a área que deve ser desapropriada, área que é naturalmente contínua, na BR-369, no Parque Industrial. Uma área que foi bem estudada, de 27 mil m<sup>2</sup>. Se faz todo o trâmite da lei, a Prefeitura entra com o pedido de desapropriação e de emissão de posse, o Exmo. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Cambará faz a emissão de posse, a Prefeitura deposita o dinheiro que, segundo a Lei, deve ser depositado em dinheiro e previamente, o Juiz dá a emissão de posse. A empresa resolve questionar o valor porque aquela área havia sido dada em garantia ao Banco do Brasil e sabemos todos que os bancos efetivamente vão colocando juros em cima de juros, e a empresa Miquelato Alimentos, uma empresa antiga de Cambará, desativada a empresa já, restou apenas imóveis na cidade, a Miquelato recorre pedindo um efeito suspensivo numa medida liminar ao Desembargador, Dilmar Kessler, que concede a suspensão da emissão de posse.

Muito bem, o que fizemos? Fui lá conversei com o nosso Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Henrique Lenz Cesar, que me recebeu gentilmente, me ouviu, entendeu as razões do Município de Cambará, foi muito gentil. E fico esperando uma reconsideração do Desembargador Dilmar Kessler, ela não vem. O Desembargador nega a reconsideração, e o advogado do Município de Cambará, que é um advogado extremamente competente, que é o Doutor Antônio Acir Breda, entra para discutir o mérito.

Muito bem, aqui poderíamos já ter recorrido para Brasília. Não, tenho confiança, falei: "Vamos ter confiança que o Tribunal de Justiça, no mérito, vai reparar essa atitude anti-jurídica do Desembargador que era o Relator do agravo de instrumento feito pela Miquelato".

Muito bem, o que acontece? O Ministério Público dá o parecer, tenho aqui em mãos, o parecer do Ministério Público é completamente favorável ao Município de Cambará, reconhece que o município cumpriu todas as formalidades legais para proceder a desapropriação; e pede, de forma clara e objetiva, que a decisão do Juiz da Comarca de Cambará seja respeitada e que não cabe nenhum recurso que a Miquelato está pedindo para suspender.

Muito bem, qual é a nossa surpresa, a minha e a de todos aqueles que esperavam uma decisão justa do Tribunal de Justiça do Paraná? Os Excelen-

tíssimos Senhores Desembargadores, Relator Dilmar Kessler, o Desembargador Troiano Neto e o Desembargador Wanderlei Resende desconsideraram o parecer do Ministério Público, e numa atitude anti-jurídica mantiveram o absurdo de não se fazer a emissão de posse do imóvel que é da maior importância para a expansão da empresa Ioky porque ela é a única alternativa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Dizem os manuais que temos que respeitar as decisões da justiça, e respeito, mas quero manifestar dessa tribuna o meu inconformismo, porque o que está aqui em jogo é o interesse público, é o crescimento, é o desenvolvimento de uma cidade, é a geração de centenas de empregos contra o interesse de um particular que não está tendo nenhum interesse lesado, salvo até porque a garantia, o imóvel está dado como garantia ao Banco do Brasil, não pode vender esse imóvel, na verdade a discussão que a Miquelato tem que travar é com o Banco do Brasil, até pelo valor absurdo dos juros que o banco está cobrando.

Infelizmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o nosso Tribunal de Justiça, representado aqui pelos três Desembargadores, tomaram uma atitude muito estranha na minha avaliação, que no meu entendimento não é a norma usual do Tribunal de Justiça contra o interesse público, a favor do interesse particular.

Por isso que, como representante do Município de Cambará, ocupo esta tribuna para protestar contra essa decisão que é injurídica e infelizmente injusta, profundamente injusta em relação ao futuro do Município de Cambará, especialmente na geração de emprego.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero registrar a presença do nosso Prefeito da Cidade de Quarto Centenário, o Sr. Pascoal, que com muita alegria, hoje, acaba de assinar a sua ficha ao PFL, Partido que representamos aqui na Assembléia, juntamente com a região da CONCAM, a filiação do nosso Prefeito e Vereadores de Quarto Centenário, a presença do Vereador, Presidente da Câmara, Valdecir Domingos Malaguti, Vilma Perpétua de Paula, Amilson Felinto Pereira, João Ambrósio da Silva, Reinaldo Krachinski, Sadao Imazadi, João Batista Koasne, Anibaldo Bueno e Alício Borges. Também quero registrar a presença do Presidente do PFL, João Apoloni do empresário Sérgio Labini e do João

Alves, que é o Delegado da Cidade de Quarto Centenário. É com muita alegria que recebemos vocês, hoje, aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, não só pela filiação de Prefeitos e Vereadores, mas também pela presença dos senhores aqui na Capital, em reivindicação em prol da comunidade de Quarto Centenário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, que outro dia subimos nesta tribuna e falamos da alegria e satisfação dos pequenos agricultores do Município de Quarto Centenário que foi beneficiado, pelo Programa "Paraná 12 Meses" com a maior alegria. Observamos que um dos agricultores chegou a chorar, quando 23 famílias receberam recursos de dois mil reais para a reforma de suas casas, dizendo que jamais um governo tinha olhado para eles.

Por isso, neste momento, em nome dos Senhores Vereadores, do nosso Prefeito e daqueles pequenos agricultores, que são os nossos heróis, a razão da existência das cidades, é que fazemos este pronunciamento, elogiando o nosso Governador Jaime Lerner e também o nosso grande Secretário e Deputado Estadual que foi o Hermas Brandão.

Quero dizer, Secretário desse grande programa do nosso Governador Jaime Lerner e através de sua Secretaria, quando o Senhor foi o Secretário da Agricultura, da alegria dos nossos agricultores. Estivemos em Cianorte juntamente com as lideranças, onde foi assinado o convênio e agora os recursos já estão com eles para a alegria deles. Porque não somos nós que somos felizes por fazermos alguém feliz, e, sim, o governo que fica feliz por poder proporcionar esse investimento, estendendo a mão para o pequeno agricultor, para que ele não saia mais de sua terra, ficando no interior.

É por isso que estamos usando desse expediente, hoje, para fazer da grande alegria dos nossos pequenos agricultores, agradecendo ao Governador Jaime Lerner.

O Município de Quarto Centenário recebeu através do Programa "Paraná 12 Meses", 14.1 Kms. de adequações de estradas, num total de quase cem mil reais. Também a Vila Rural, dentro do Programa "Paraná 12 Meses", que começa também nesta semana, na Cidade de Quarto Centenário, lá do interior, Senhor Presidente, e que muitos dizem que o Governo não ajuda. Só o Município de Quarto Centenário, do "Paraná 12 Meses", recebeu investimentos de quatrocentos mil reais. Esse é o programa do Governo Jaime Lerner para o nosso interior.

Portanto, quero neste momento, dizer como é bom ser Deputado do interior, quando temos um grande Governador que se preocupa com projetos fundamentais. Nós que também entregamos ao Município de Quarto Centenário uma ambulância e

que jamais um governo entregou ambulâncias para pequenos municípios.

Fui prefeito durante 4 anos, não ganhei ambulância e não consegui comprar, veio outro prefeito e não conseguiu. Agora, nós do Município de Luisiânia, conseguimos. Através de emenda e graças ao nosso Governador foram 14 ambulâncias para a nossa região Centro Oeste do Paraná. Todos os programas do Sr. Jaime Lerner, em 3 anos de mandato foi investido 100 milhões de reais, foi investido em Campo Mourão. E não é só em Campo Mourão, vemos lá na terra de todos os Senhores Deputados, enfim, é um canteiro de obras este Paraná!

Só para concluir, Senhor Presidente, é por isso que defendemos esta bandeira que é do nosso Governador Jaime Lerner, em prol do desenvolvimento da industrialização e em prol da nossa agricultura que é a razão da existência desse nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O Paraná é um dos Estados da Federação que mais instituições de Ensino Superior mantém com seus recursos, destoando dos demais que carrearam para a União o dever de manter as unidades de ensino do terceiro grau.

E hoje recebemos uma comitiva de empresários, lideranças comunitárias, líderes estudantis, membros de administrações municipais que tiveram uma iniciativa louvável - criar um Grupo Comunitário para consolidação do Campus Universitário da Universidade do Oeste do Paraná, em Foz do Iguaçu, UNIOESTE, que têm ainda mais 4 campus universitários - Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e agora mais recentemente, Francisco Beltrão.

Fazem parte do Grupo Comunitário, entidades como a associação comercial, prefeituras da região servida pelo Campus Universitário, câmaras municipais, sindicatos e entidades representativas das categorias de cursos pretendidos pela comunidade e os que atualmente são oferecidos à comunidade, como Associação Médica de Foz, Associação Brasileira de Enfermagem, Conselho Regional de Enfermagem, Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicato de Jornalistas, Central Única dos Trabalhadores, Associação de Odontólogos, Associação de Engenheiros e Arquitetos, a APP/Sindicato e dos diretórios estudantis, além do Núcleo Regional de

Ensino e Itaipu Binacional, entre tantas outras associações e entidades.

Desenvolveram uma campanha publicitária para valorizar a Universidade Pública e Gratuita que é a UNIOESTE em Foz do Iguaçu.

Paralelamente foi formulado um amplo questionário para ser a base do estudo do grupo e das futuras perspectivas para aquele Campus Universitário.

Foram 30 mil questionários distribuídos entre estudantes de 2º grau, - base de qualquer instituição de ensino superior, - entidades e repartições públicas, hospitais, empresas, sindicatos, totalizando um retorno de cerca de 9 mil questionários respondidos.

Uma fonte de estudos muito importante, pois dá uma importante base para a previsão do futuro que a sociedade deseja para seu Campus Universitário.

A sociedade deseja para sua universidade pública os cursos de Direito, Medicina, Odontologia, Jornalismo, Engenharia Civil, Enfermagem, História, Farmácia, Psicologia, Medicina Veterinária, Ciências Ambientais, Hotelaria, Engenharia Mecânica, Educação Física, Comércio Exterior, Magistério Superior para 2º Grau, Biologia, Economia e Serviço Social, segundo a pesquisa, foram solicitados pela comunidade, que seriam implantados na ordem tida como prioritários.

Percebe-se uma necessidade de consolidar aquele Campus Universitário e ainda preencher uma lacuna que o Estado não pode se furtar: a região de Foz do Iguaçu, que abrange também as cercanias do Paraguai e Argentina além dos municípios que compõem o Lago do Itaipu, é formada por cerca de 2 milhões e 500 mil habitantes.

A infra-estrutura hoje existente no Campus, mais aquela que necessita ser criada para dar condições de expansão para novos cursos e atividades comunitárias de extensão e pesquisa, deve ser o ponto de partida para os investimentos do Estado para com a região de Foz do Iguaçu.

Parcerias com a Prefeitura de Foz do Iguaçu, DER e até mesmo a Itaipu Binacional, viabilizaram a construção de instalações do Campus de Foz do Iguaçu. Situação que não se viveu em outros campus universitários.

Porque penalizar aquela região de Foz do Iguaçu?

A união da região para conseguir a expansão do ensino superior público é um fato que merece a atenção de todos. As entidades que reuniram-se a partir de 18 de fevereiro deste ano, já fizeram 3 seminários e agora trazem a Curitiba, especificamente a esta Casa de Leis a reivindicação da sociedade oestina por novos cursos e instalações para um Campus da UNIOESTE condigno e que atenda as necessidades da região.

Com a entrega dos relatórios à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, ao Conselho Estadual de Educação, ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Alexandre Fontana Beltrão, inicia-se uma nova etapa.

A sociedade de Foz quer o retorno de seus impostos em condições melhores para seus filhos e para sua gente. O ensino superior é uma realidade que não podemos deixar de discutir.

Uso esse espaço em meu nome, em nome do Deputado Sâmis da Silva, do Deputado Irineu Colombo, Deputado Élio Rusch, Deputados que atuam mais no extremo Oeste do Paraná, para parabenizar, saudar o surgimento desse Grupo Comunitário Pró-UNIOESTE nas pessoas do Professor Jair Kotz, que é um dos diretores da nossa UNIOESTE de Foz de Iguaçu; do Presidente do DCE, o estudante Milton Bobato; do Sr. Amauri Scudeiro que também compõe esse Movimento em nome dos demais dirigentes; saúdo também a presença do ex-Professor da nossa querida FACISA hoje UNIOESTE, o Professor Prince Ivo Szmanski. E, hoje, passamos às mãos de todas essas autoridades, esse documento que fala dos pontos aqui abordados desse meu pronunciamento e que é assinado pelos Prefeitos da região: Nilvo Antonio Perlim, de Sertãoópolis do Iguaçu; do Prefeito de Medianeira, Luiz Yoshio Susuke; além do Prefeito de Missal, Laci Dionísio Gihel, logicamente assinado por todas as entidades que participam desse Movimento.

A imprensa de Foz do Iguaçu tem dado como destaque, inclusive, fez questão de trazer alguns exemplares como o Jornal "Tribuna de Foz", a importância desse trabalho que está sendo feito pelo Grupo Comunitário - como diz aqui na capa da "Tribuna de Foz": "Comissão irá à Curitiba pedir a expansão da UNIOESTE", o Jornal "A Gazeta de Iguaçu": "UNIOESTE Foz quer 17 cursos até o ano 2003".

Enfim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em especial integrantes da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, na medida que entregamos esse documento esperamos poder contar com o apoio, a colaboração, o incentivo e o reconhecimento por parte dos demais Pares a esse Movimento que é justo e necessário e, que está lutando pelos espaços e pelos direitos que têm a nossa região.

Agradeço a atenção, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti. (Declina).

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT, PFL, PL, PSD, PSDB, PDT, PTB, PPB, Liderança do Governo. (Todas declinaram).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nºs de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. Necessita de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessita de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1087 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outros a serem incluídos. Aprovado.

Requerimento nº 1100 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 213/98. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

### ITEM 13

#### VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/98, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli e outros, que revoga a Lei nº 10.959, de 16 de dezembro de 1994, que criou o Banco de Dados do Tribunal de Contas do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em votação.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Esse Projeto de Lei nº 213/98, que está na Ordem do Dia de hoje, não sei se os Deputados têm conhecimento do projeto, mas eu não tenho conhecimento dele e gostaria que o seu autor fizesse a sua defesa, para que a gente soubesse o que está votando.

#### O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

A Presidência tem condições de informar a Vossa Excelência.

Trata-se da revogação de uma lei que determina ao Tribunal de Contas que envie a cada eleição a relação dos Prefeitos e Vereadores, que de qual-

quer maneira, estejam envolvidos com prestação de contas. É um projeto legal e constitucional e por isso mesmo, sugiro à Assembléia que aprove.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Em votação: Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

#### O SR. ROSINHA

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Rosinha para justificar o voto.

#### O SR. ROSINHA

Senhor Presidente e Srs. Deputados, vou expor a nossa posição em nome da Bancada do PT, posição que assumimos na Comissão de Constituição e Justiça.

Diz o projeto de lei que ora está sendo revogado, a Lei nº 10.959 que cria o Banco de Dados. O Banco de Dados é para que o Tribunal de Contas tenha uma listagem completa de todos aqueles que não tiveram as suas contas aprovadas no Tribunal. Coisa necessária, inclusive, por Legislação Federal. A Legislação que se chama das leis dos inelegíveis. Ela obriga a ter este Banco de Dados, porque em momento oportuno este Banco será requisitado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Diz o artigo 1º da lei que está se querendo revogar:

"Fica obrigado o Tribunal de Contas do Estado a organizar e manter permanentemente atualizado Banco de Dados, que contenha listagem completa de todos aqueles que não tiveram suas contas aprovadas no Tribunal".

Se isso ocorre, cabe a esse Parlamento, disciplinar como vai se dar isso, mas não extinguir o Banco de Dados como ora se propõe, mas a obrigatoriedade disso está estabelecido na Lei das Inelegibilidades. 'São inelegíveis para qualquer cargo, (letra g do Artigo 1º), os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irreversível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário".

Resguarda o Poder Judiciário. A nossa lei tem o Banco de Dados, porém, se por acaso, aquele cidadão que teve a sua conta vedada no Tribunal de Contas e recorreu ao Tribunal de Justiça, está resguardada pela lei Complementar Federal. Portanto, defendemos a permanência desta lei.

Artigo 11, da Lei Eleitoral nº 9.504/97: "Os Partidos e Coligações solicitarão à Justiça Eleitoral, o registro dos seus candidatos até as 17 horas do dia 05 de julho do ano em que se realizarem as eleições".

§ 5º - "Até a data a que se refere esse artigo, os Tribunais e Conselhos de Contas deverão tornar disponível à Justiça Eleitoral, relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos e funções, rejeitadas".

A própria lei eleitoral estabelece a necessidade desse Banco e nós, Parlamentares, estamos extinguindo esse Banco. Por isso, a Bancada do PT é contra.

Estou discutindo a questão da legalidade. Não estou entrando na questão de mérito.

Ainda na questão da legalidade, quero dizer que fere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa essa proposição.

O Artigo 119, § 1º do nosso Regimento Interno, diz que as proposições e iniciativas dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário à Hora do Expediente.

Se não o tiverem sido pelo autor, e ao passar-se à ORDEM DO DIA, o Presidente a submeterá a votos no sentido de se tornar ou não objeto de liberação.

Ora, Senhores Deputados, esse projeto de lei foi discutido na C.C.J. no dia que foi protocolado, sem ser lido na Ordem do Dia. Não teve conhecimento por esta Casa, na Ordem do Dia: Esteve na C.C.J. antes de ser debatido. Portanto, está com vício de ilegalidade a sua tramitação e naquele momento, apareciam os apoiantes, porém, não aparecia o autor do projeto. Quando este Deputado pediu vistas, analisamos no dia seguinte, em sessão extraordinária da C.C.J., o projeto já estava com regime de urgência sem ter sido lido neste Plenário e aí já aparecia o autor, como o Deputado Romanelli, porque até aquele momento, não tinha autoria.

Portanto, é ilegal a tramitação que está se dando a esse projeto. Ele vem ferir a Lei Complementar Federal 64/90 - Lei das Inelegibilidades, que exige a existência de Banco de Dados. Por isso a Bancada do PT vota contrário a esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Com o registro do voto contrário da Bancada do PT, está aprovado o Projeto.

O Senhor 1º Secretário, procederá à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, conforme Avulso distribuído aos Senhores Deputados.

## ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão de Eventos da Polícia Militar em Curitiba e Companhia de Eventos da Polícia Militar, no interior do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

## ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/98, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 05/98, que fica instituída a ECOPARANÁ, pessoa jurídica de Direito Privado, sob a modalidade de serviço social, autônomo, vinculada, por cooperação, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T. Emendas da C.T. Emendas de Plenário COM PARECER FAVORÁVEL a emenda nº 08 e CONTRÁRIO as de nºs 01,02,03,04,05,06,07 e 09.

**O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)**

Gostaria de pedir a leitura da emenda nº 08.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da emenda nº 08.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Em votação o Projeto 034/98.

Aprovado. Agora vamos votar as emendas.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Peço que se rejeite o voto contrário da Bancada do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Registrado. O Senhor 1º Secretário procederá à leitura das emendas. (Lê):

Emenda nº 1 - Em discussão, em votação. Aprovada.

**O SR. IRINEU COLOMBO.**

Registre-se voto contrário da Bancada do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Está registrado.

Emenda nº 02 - Em discussão.

**O SR. PÉRICLES MELO - (Para Discutir)**

Senhor Presidente, acho que temos que ter aqui uma certa lógica, acho que o projeto merece a atenção de todos. Eu, por exemplo, nada tenho contra o fato de que se inclua na ECOPARANÁ, um representante de Foz do Iguaçu, Região Oeste.

Mas, defendendo, também, que se inclua um representante da Região dos Campos Gerais, que é

uma Região do Paraná, tradicional, faz parte da nossa história, um dos lugares mais bonitos do Paraná, que também é um pólo turístico e do litoral paranaense. Que são as três regiões do ponto de vista turístico mais importantes do Estado.

Então acho que não podemos ter dois pesos e duas medidas. Reconhecemos a importância de Foz do Iguaçu, acho que se nós aprovarmos esta emenda temos que aprovar, também, um representante do Litoral e um representante dos Campos Gerais, porque são as regiões do ponto de vista turístico, do ponto de vista da história do Paraná, mais importantes neste aspecto. Claro que do ponto de vista econômico o Norte é uma região de extrema importância, mas do ponto de vista turístico, acho que a forma com que se olha o Paraná deve se resgatar a região dos Campos Gerais e do Litoral e Foz do Iguaçu, no mínimo. O que não impede que outras regiões sejam resgatadas.

Por isso apresentamos uma emenda incluindo, também, um representante da Associação dos Municípios dos Campos Gerais e um representante da Associação dos Municípios do Litoral paranaense para fazer parte da ECOPARANÁ.

Vou votar a favor desta emenda e peço o voto favorável dos Deputados para a emenda que apresentamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury).

Em votação a emenda nº 2. Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem).

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury).

Vai-se proceder à verificação de votação.

Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. Cinco Senhores Deputados aprovam a emenda.

Senhores Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se. Rejeitado.

Emenda nº 08

Em discussão, em votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

Emendas com Pareceres Contrários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Emenda com Parecer Contrário, a votação será o inverso.

Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Rejeitada.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai-se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se.

Vinte e cinco Senhores Deputados rejeitam a emenda.

Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados aprovam a emenda. Rejeitada.

Emenda nº 2

Parecer Contrário, Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Rejeitada.

Emenda nº 3

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Emenda com parecer contrário.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se. Rejeitada.

Emenda nº 04.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda com Parecer contrário, queiram levantar-se. Rejeitada.

Emenda nº 05.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda com Parecer contrário, queiram levantar-se. Rejeitada.

Emenda nº 06.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda com Parecer contrário, queiram levantar-se. Rejeitada.

Emenda nº 07.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda com Parecer contrário, queiram levantar-se. Rejeitada.

Emenda nº 09.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda com Parecer contrário, queiram levantar-se. Rejeitada.

Projeto irá à 3ª Discussão com as Emendas aprovadas.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/98, que aprova crédito especial no valor de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, e criação de uma atividade orçamentária dentro da Secretaria de Estado da Educação, administração direta denominada PARANAEDUCAÇÃO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.



O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, quero deixar consignado o meu voto contrário ao referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Será anotado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, em nome da Bancada PMDB, já com as explicações e encaminhamentos feitos na sessão anterior, nós declaramos o nosso voto, o voto da Bancada do PMDB, contrário aos 75 milhões para o PARANAEDUCAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Será registrado

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Da mesma forma em nome da Bancada do PT voto contrário a essa Emenda que destina 75 milhões ao PARANAEDUCAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Será registrado.

#### ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, que institui o dia 1º de outubro como o Dia do Vereador no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 685/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina a Rodovia PR-T-158 no trecho compreendido entre Av. Miltão Rodrigues de Carvalho à BR-376 no Distrito de Sumaré em Paranavaí, de Rodovia Manoel da Rocha Oliveira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina de Vila Rural de Mandiocaba, no Município de Paranavaí, como Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o

Poder Executivo a doar a Congregação das Irmãs Filhas da Cruz, imóvel no Município de Bocaiúva do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário da Zona Leste de Londrina, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Banco da Mulher - Seção Paraná, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 10

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Vale do Ivaí, com sede e foro em Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 11

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Linha Alegria, com sede e foro em Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 12

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Ronaldo Antonio Botelho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

#### ITEM 14

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que dispõe sobre a transferência de alunos entre as instituições de Ensino Superior do Estado, nos termos dos Artigos 49 e 50 da Lei nº 9.394 de 20/12/1996. (Lei das

Diretrizes e Bases da educação). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.E.C.E..

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 144/98

P A R E C E R :

RELATÓRIO

A presente proposição, de autoria do Deputado Joel Coimbra, dispõe sobre a transferência de alunos entre as instituições de Ensino Superior do Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

A douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, apresentou parecer favorável ao projeto de lei. Esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes entende, também, que a medida ora proposta irá, em muito, beneficiar a classe universitária do nosso Estado.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 144/98.

Sala das Comissões, em 27.05.98.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1108, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando a retirada de votação por 02 (duas) sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) sessões do Projeto de Lei nº 144/98.

ITEM 15

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sertãoópolis imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 140/97, de 04.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 421/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Sertãoópolis, imóvel de propriedade do Governo do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.  
Sala das Sessões, em 16.09.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/97, que considera como áreas Especiais de Interesse de Turismo e locais de Interesse Turístico, as áreas de localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Pontal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 734/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Consideram-se Áreas Especiais de Interesse Turístico e Sociais de Interesse Turístico, para fins do disposto na Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1997, as seguintes áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná:

- a) As localidades que apresentam condições climáticas especiais;
- b) As paisagens notáveis;
- c) As localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas, de lazer, de pesca artesanal e de artesanato regional típico;
- d) As áreas lindeiras à orla marítima que compreendem a faixa de terra que se estende até 2.000m (dois mil metros), medidos horizontalmente, bem como a faixa que se estende até 400m (quatrocentos metros) em torno das baías, estuários de rios e canais do litoral do Estado, que serão estabelecidas a partir da linha do preamar médio de 1831;
- e) As reservas e estações ecológicas;
- f) As áreas destinadas à proteção dos recursos naturais;
- g) As fontes hidrominerais;
- h) Os locais de interesse histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico;
- i) Os locais onde ocorram manifestações culturais ou etnológicas;
- j) Os habitats de espécies ameaçadas de extinção.

Parágrafo Único - Ficam igualmente abrangidos por essa Lei os bens que tipificam as áreas e locais a que se refere este artigo.

Art. 2º - O Poder Executivo baixará decreto especificando as condições para o aproveitamento das áreas e locais de que trata o Artigo 1º desta Lei, bem como para parcelamento das áreas declaradas como interesse e proteção especial para os fins do disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, observados os seguintes aspectos e princípios:

a) Obrigatoriedade dos projetos de edificações se aterem à topografia local, não se permitindo movimentos de terra (cortes aterros) que possam alterar predatoriamente as formas dos acidentes naturais da região;

b) Proibição de edificações nas pontas e pontais do litoral, estuários dos rios, áreas de mangues e numa faixa de 200m (duzentos metros) em torno das áreas lagunares e restingas;

c) Fixação de normas e padrões técnicos para as edificações, visando a preservação das condições adequadas à geração, iluminação e insolação naturais dos logradouros e espaços de uso coletivo, público e particular;

d) Proibição de edificações em encostas que tenham inclinação superior a 20% (vinte por cento);

e) Condicionamento à análise prévia para edificação de qualquer tipo de construção antes de 80m (oitenta metros), contados perpendicularmente a partir da linha do preamar-médio de 1831;

f) Imposição de normas técnicas para as unidades de tratamento e descarga de esgoto sanitário, de águas servidas e deposição de lixo e detritos, principalmente no que respeita a conjuntos hoteleiros e residenciais, devendo ser de exclusiva responsabilidade do empresário a construção desses equipamentos;

g) Fixação de normas técnicas para a captação e tratamento da água necessária ao abastecimento das edificações, tanto no que tange ao represamento dos mananciais quanto à construção de obras de arte de vulto, inseridas na paisagem a preservar;

h) Fixação de normas técnicas para a preservação da flora natural através de preservação das espécies existentes e de estabelecimento de mecanismos de estímulo para reconstituição florística nativa da região;

i) Definição de uma sistema de circulação para as faixas litorâneas referidas, como base em dois preceitos: provimento de áreas para estacionamento de veículos e impedimento de vias de tráfego rápido nesses locais;

j) Preservação das florestas e de quaisquer formas de vegetação natural, dos estuários de rios, áreas lagunares e restingas, bem como de fauna existente;

l) Preservação de edificações e sítios de valor histórico, artístico e arqueológico;

m) Estímulo e assistência às atividades regionais típicas, em especial as ligadas à pesca, turismo e artesanato;

n) Adoção de normas e padrões que disciplinem o processo de parcelamento do solo urbano através de lei de loteamentos;

o) Adoção de normas e padrões técnicos que disciplinem o processo de uso e ocupação do solo urbano através das leis de zoneamento e de edificações.

§ 1º - As condições de que trata o presente artigo serão definidas em comum acordo entre o Estado e os Municípios citados no Artigo 1º.

§ 2º - A inobservância das condições baixadas, nos termos deste artigo, sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras estabelecidas em legislações pertinentes:

I - Advertência, com prazo de 60 (sessenta) dias para regularização, nos casos de primeira infração;

II - Multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) UFIR's por dia, tendo em vista a gravidade da infração, se não for efetuada a regularização dentro do prazo estabelecido no item anterior;

III - Embargo e/ou demolição.

Art. 3º - Caberá ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, a emissão de diretrizes e o exame de projetos urbanísticos e de edificações, para fins de anuência prévia, ouvidos os demais órgãos competentes, quando necessário.

Parágrafo Único - Os municípios litorâneos deverão realizar planos urbanísticos que contemplem, em seus aspectos físico-territoriais, as exigências das normas urbanísticas admitidas em comum acordo, entre o Estado e os Municípios litorâneos.

Art. 4º - O Poder Executivo, através das Secretarias de Estado e seus órgãos vinculados, celebrará convênios com os Municípios onde se situam as áreas a que se referem os artigos 1º e 2º desta lei, a fim de dar execução e cumprimento às Leis Federais nºs 6.513/77 e 6.766/79 e à presente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs 7.389, de 12 de novembro de 1.980 e 7.694, de 05 de janeiro de 1.983 e disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 734/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa considerar como áreas especiais de

interesse turístico e locais de interesse turístico, as áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à matéria, percebemos a necessidade de apresentarmos emenda modificativa.

Sendo assim, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 09.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

**EMENDA MODIFICATIVA**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 734/97**

Ficam alterados os "caput" do Art. 2º e do Art. 3º e seu parágrafo único e acresce § 2º do Art. 3º do Projeto de Lei nº 734/97, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Atendendo o Plano Diretor dos Municípios citados no Art. 1º, nos termos do parágrafo 2º do Art. 3º, da presente lei, o Poder Executivo baixará decreto especificando condições para o aproveitamento das áreas e locais de que trata o Art. 1º desta lei, bem como para parcelamento das áreas declaradas de interesse e proteção especial para os fins do disposto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1.979, observados os seguintes aspectos e princípios":

"Art. 3º - Caberá ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, atendendo o disposto no Art. 2º, a emissão de diretrizes e exames de projetos urbanísticos e de edificações, para fins de anuência prévia, ouvidos os demais órgãos competentes, quando necessário.

§ 1º - Os municípios litorâneos deverão realizar Planos Diretores que contemplem, em seus aspectos físico-territoriais, as exigências das normas urbanísticas admitidas em comum acordo, entre o Estado e os municípios litorâneos.

§ 2º - O Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense manterá a sua sede executiva em um dos municípios citados no Art. 1º desta lei.

Sala das Comissões, em 09.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/98, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974 de 23.12.97, no que se refere ao Município de Mauá da

Serra. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.. EMENDA DA C.O.. Aprovado. (Publ. no DA nº 59, de 13.05.98).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 169/98**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Aníbal Khury, tem por objetivo do plano de aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, no que se refere ao Município de Mauá da Serra.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**PROJETO DE LEI Nº 169/98**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Aníbal Khury, tem por objetivo do plano de aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, no que se refere ao Município de Mauá da Serra.

A Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer favorável ao mesmo, chamada a opinar esta Comissão de Orçamento apresenta junto ao seu parecer favorável, uma emenda aditiva para possibilitar o Governo do Estado a proceder as alterações orçamentárias necessárias.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**EMENDA ADITIVA AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 169/98**

Acrescenta o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 169/98:

"Art. ... Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, em decorrência do contido nesta lei."

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoiamiento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães.

# TEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/98, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974 de 23.12.97, no que se refere ao Município de Cambira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.. EMENDA DA C.C.J. E C.O.. Aprovado. (Publ. no DA nº 63, de 19.05.98).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 183/98

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por objetivo alterar o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, referente ao Município de Cambira. (Saúde).

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda corretiva, para melhor adequá-los às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.98  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 183/98 EMENDA CORRETIVA

### P A R E C E R :

Aonde está escrito "Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997", corrija-se para "Lei nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996".

Sala das Comissões, em 02.06.98  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 183/98

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por motivo alterar o objetivo do plano de aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, no que se refere ao Município de Cambira.

A Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer favorável ao mesmo, com emenda corretiva, chamada a opinar esta Comissão de Orçamento apresenta junto ao seu parecer favorável, uma emenda aditiva para possibilitar o Governo do Estado a proceder as alterações orçamentárias necessárias.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.98

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator  
COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 183/98  
EMENDA CORRETIVA

### P A R E C E R :

Acrescenta o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 183/98:

"Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, em decorrência do contido nesta lei".

Sala das Comissões, em 02.06.98  
(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães.

### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1095, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1097, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Será encaminhado à Comissão de Justiça e Segurança Pública.

Requerimentos nºs 1096, 1098 e 1099, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1101 a 1105 e 1111(A), de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1109, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1075 e 1110, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1082, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento dos Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Dr. Rosinha, Toti Colaço e Caíto Quintana, constante do expediente. Rejeitado. Em discussão.

### O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, essa nossa solicitação se prende ao fato de uma entrevista que vimos publicada nos jornais do Paraná, de autoria do eminente Secretário Giovani Gionédís, que naquele momento, de certa forma, contrariava argumentos de algumas outras pessoas, que alegavam que os recursos oriundos da venda das ações da SANEPAR seriam utilizados para cobrir o déficit do Estado e para

cobrir os compromissos que tem o Governo com a folha de pagamento daqui para o final do ano.

Naquela entrevista, o Secretário Giovani Gionédís afirmava categoricamente que os recursos superiores a 249 milhões seriam aplicados em obras de infra-estrutura no Estado do Paraná em programas de geração de empregos.

Gostariamos que esta Assembléia aprovasse o nosso requerimento, para que todos pudessemos saber também quais obras de infra-estrutura serão bancadas, custeadas com os recursos oriundos da venda da SANEPAR e quais os programas de geração de empregos serão apoiados também com esses recursos. Por essa razão, o nosso pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

**Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Cinco Senhores Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e cinco rejeitam.

**Rejeitado.**

Requerimento nº 1072, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1076 a 1081, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1084, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1085 e 1086, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1088 e 1089, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constan-

tes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1090, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1092, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1106, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1069, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

**Rejeitado.**

A Mesa designa uma Comissão constituída dos Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Eduardo Trevisan, César Seleme e Caíto Quintana, para a Comissão do Gasoduto.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, quero anunciar em nosso meio o Presidente da Câmara Municipal do Município de Terra Boa, o Senhor Ernelino Chaves Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, às quatorze horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 421, 476, 510, 633, 685, 734/97, 045, 105, 163, 169, 183/98, 187/97, 197, 198, 199 e 211/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178 e 219/98.

Levanta-se a sessão.